



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Data de assinatura do Contrato: 31/03/2017 Vigência: 31/03/2017 à 30/09/2017 Valor: R\$ 98.359,08
Instrumento de parceria: Termo de Colaboração Nº 6258/2017
Órgão da ADM Pública Responsável: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso
Nome da Organização: Instituto Pró+Vida São Sebastião CPNJ: 49.263.528/0003-04
Descrição do objeto da parceria: Atendimento ao Idoso em Centro de Convivência
Valor Total da Parceria: R\$ 98.359,08

Valores Liberados 2017	
Mês do Repasse	Valor
ago/17	R\$ 16.393,18

Dados a serem informados		
Integrante - Equipe	Função	Remuneração
Cibele Esteves Gonzalez	Professora de Dança	R\$ 563,01
Creusa Fernandes de Barros	Monitora de Pintura	R\$ 874,75
Janete do Carmo C. Ferreira	Professora de Educação Física	R\$ 1.546,00
José Luiz Pinhal	Educador Musical	R\$ 1.588,82
Maria Bernardete Barbosa de Camargo	Assistente Social	R\$ 2.983,83
Maria Luiza de Almeida Oliveira	Monitor Artesão	R\$ 800,61
Matheus Leal Briani	Professor de Tay Chi Chuan	R\$ 413,19
Tereza Constantino Monteiro	Monitor Artesão	R\$ 326,32
Vitória de Jesus Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.353,73
Viviane Dias Vieira de Oliveira	Coordenadora	R\$ 1.026,00

Situação da Prestação de Contas:	Regular
Data prevista para apresentação:	10/09/2017
Data que foi apresentada:	14/09/2017
Prazo para análise	20/09/2017
Resultado conclusivo:	Regular

Leonardo de Macedo

Secretário dos Direitos da Pessoa com
Deficiência e do Idoso

Celina do C. Campo Bassi

Presidente

As prestações de Contas e seu respectivo resultado conclusivo podem ser:

Regular - quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;

Regular com Ressalva - quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

Irregular - quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- omissão no dever de prestar contas;
- descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;
- dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.